



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS
CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

Edital nº 90.039/2026/2026 - CPL

São Luís - MA, 15 de junho de 2026

EDITAL

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP

DADOS DA LICITAÇÃO	
PREGÃO ELETRÔNICO - SRP Nº 90.039/2026 UASG: 980921	DATA DE ABERTURA: 03/07/2026 HORÁRIO: 09h30min. SÍTIO: https://www.gov.br/compras/pt-br
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 15901.001415/2026	ÓRGÃO INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUS.
OBJETO: Registro de preços a serem consignados em ata para eventual e futura contratação de empresa especializada em serviços continuados de processamento de roupas hospitalares, compreendendo, no mínimo, o fornecimento de enxoval em regime de comodato, coleta, lavagem, desinfecção, secagem e distribuição, reposição, transporte, incluindo o fornecimento de material, mão de obra, equipamentos e sistema de rastreamento individualizado das peças por meio de tecnologia RFID (ou equivalente), para atender as necessidades das Unidades de Saúde vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde/SEMUS.	
VALOR ESTIMADO: R\$ 23.657.245,56 (vinte e três milhões, seiscentos e cinquenta e sete mil, duzentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos)	
DOCUMENTOS COMPLEMENTARES DE CLASSIFICAÇÃO/HABILITAÇÃO: Verificar Item 11 do Termo de Referência – Anexo I, do Edital e item 20 do Edital.	QUANTIDADES DE ITENS/GRUPOS: LOTE UNICO
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE	FORMA DE ADJUDICAÇÃO: POR LOTE
FORMA DE FORNECIMENTO: PARCELADA	MODO DE DISPUTA: ABERTO/FECHADO
PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES: Até o dia 26/06/2026 para o endereço membro01cpl@gmail.com	PERMITE OFERTA DE QUANTIDADE INFERIOR: Não, conforme subitem 10.1.5 do Termo de Referência – Anexo , deste Edital.
PRAZO DE ENVIO DE PROPOSTA AJUSTADA: 02 (duas) horas , a contar da solicitação.	INTERVALO MÍNIMO ENTRE LANCES: R\$ 0,01 (um centavo)
A fase de habilitação NÃO será anterior à fase de lances.	

LIC. EXCLUSIVA ME/EPP	LIC. AMPLA PARTICIPAÇÃO	COTA RESERVADA ME/EPP	PARTICIPAÇÃO COOPERATIVA	PARTICIPAÇÃO CONSÓRCIO	EXIGE AMOSTRA	PROVA DE CONCEITO
NÃO	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM	NÃO

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

Lei Municipal nº 4.537/2005, alterada pela Lei nº. 7.690, de 01 de novembro de 2024 (Sistema Integrado de Licitação do Município de São Luís e cria a Central Permanente de Licitação);

Decreto Municipal nº 60.155/2024 (Processos de Planejamento e Licitações de Bens, Serviços e Obras);

Decreto Municipal nº 62.276/2026 (Regulamenta o Sistema de Registro de Preços no âmbito da Administração Pública Municipal de São Luís);

Decreto Municipal nº 61.092/2025 (Organização e Funcionamento do Sistema integrado);

Lei Federal nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos);

Lei Complementar nº 123/2006 (ME/EPP);

Decreto Federal nº 8.538/2015 (ME/EPP/agricultores familiares/produtores rurais pessoa física/MEI/sociedades cooperativas);

Decreto Federal nº 11.462/2023 (Sistema de Registro de Preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia);

Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010 (sustentabilidade ambiental);

Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26/04/2018 (SICAF);

Instrução Normativa DREI/SGD/ME nº 82, de 19/02/2021 (autenticação dos livros contábeis ou não);

Instrução Normativa RFB nº 2110/2022 (tributação previdenciária e arrecadação das contribuições sociais);

Instrução Normativa SEGES nº 05/2017 (regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta);

Lei Federal nº 8.429, de 02/06/1992 (improbidade administrativa);

Lei Federal nº 11.101, de 09/02/2005 (recuperação judicial, extrajudicial e falência);

Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001 (Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil);

Demais normas regulamentares, Princípios correlatos pertinentes à espécie e Exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA:

O Pregão será realizado em sessão pública *on line* por meio de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, através do site <http://gov.br/compras/pt-br/>

Todos os horários estabelecidos neste Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília/DF, inclusive para contagem de tempo e registro no **Sistema Eletrônico – Comprasnet**, daqui por diante, denominado **Sistema**, e na documentação relativa ao certame.

MEIO DE COMUNICAÇÃO PARA OBTENÇÃO E CONSULTA DO EDITAL:

O edital poderá ser retirado gratuitamente nos sítios: www.gov.br/compras/pt-br/ e www.saoluis.ma.gov.br/portal/editais/1 - “Central de Licitações”.

Toda e qualquer comunicação com o(a) Pregoeiro(a) será realizada por meio eletrônico, utilizando o e-mail membro01cpl@gmail.com, ou quando da sessão pública de disputa do certame, por intermédio do *chat* do **Sistema**, sendo que não serão prestadas informações por contato telefônico ou outro endereço eletrônico não indicado neste Edital.

OBSERVAÇÕES GERAIS:

1. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;
2. Só se iniciam e vencem os prazos aqui referidos em dia de expediente na Central Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de São Luís do Maranhão – CPL/PMSL/MA;
3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário pelo(a) Pregoeiro(a).

ASSUNTOS	ITENS
DO PREÂMBULO	1.
DO OBJETO E VALOR ESTIMADO	2.
DO REGISTRO DE PREÇOS	3.
DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	4.
DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO AO EDITAL	5.
DO CREDENCIAMENTO	6.
DAS PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	7.
DA VISTORIA	8.
DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	9.
DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS	10.
DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	11.
DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS	12.
DA FORMULAÇÃO DE LANCES	13.
DO MODO DE DISPUTA	14.
DA DESCONEXÃO	15.
DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO	16.
DO CRITÉRIO DE DESEMPATE	17.
DA NEGOCIAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS	18.
DAS PROPOSTAS DE PREÇOS, CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ACEITABILIDADE	19.
DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	20.
DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	21.
DOS RECURSOS ADMINISTRATIVO	22.
DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	23.
DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO, REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO	24.
DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E PAGAMENTO	25.
DAS GARANTIAS EXIGIDAS E OFERTADAS	26.
DA AMOSTRA	27.
DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO	28.
DA SUBCONTRATAÇÃO	29.
DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE	30.

DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	31.
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	32.
DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	33.
SÃO PARTES INTEGRANTES DESTE EDITAL, OS SEGUINTE ANEXOS:	
ANEXO I – Termo de Referência e seus Apêndices;	
ANEXO II – Modelo de Proposta de Preços;	
ANEXO III – Ata de Registro de Preços;	
ANEXO IV – Estudo Técnico Preliminar;	
ANEXO V – Minuta de Contrato.	
<p>ASSESSOR (A) RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO EDITAL:</p> <p>KATIA MILENA MACIEL DA SILVA</p> <p>Assessor de Procedimentos Licitatórios - CPL/PMSL/MA Portaria nº 03/2026/CPL/PRES/GAB</p>	<p>PREGOEIRO RESPONSÁVEL PELA CONDUÇÃO DA LICITAÇÃO:</p> <p>JOÃO BATISTA MORAES CARVALHO</p> <p>Pregoeiro - CPL/PMSL/MA Portaria nº 03/2026/CPL/PRES/GAB</p>

PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº 90.039/2026 – CPL/PMSL
Processo Administrativo SEI nº 15901.001415/2026

1. DO PREÂMBULO

1.1. O MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS DO MARANHÃO, por meio da Central Permanente de Licitação - CPL, inscrita no CNPJ sob o nº 06.307.102/0001-30, sediada 65.071-380na Avenida dos Holandeses, Nº 1, Quadra 36, Lote 1 a 14, Shopping do Automóvel Holandeses, loja 97, Calhau, São Luís/MA, CEP.: 65.071-380, torna público, para conhecimento dos interessados que realizará licitação, para **REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, mediante as condições estabelecidas neste Edital.

1.2. A licitação será processada exclusivamente por meio eletrônico, sendo necessário que os licitantes interessados providenciem o credenciamento junto ao **Comprasnet** através do site www.gov.br/compras/pt-br/.

2. DO OBJETO E VALOR ESTIMADO

2.1. A presente licitação visa a escolha da proposta mais vantajosa, de acordo com as informações dispostas nos **DADOS DA LICITAÇÃO**, conforme especificações, quantidades e demais exigências estabelecidas no **Termo de Referência e em seus Apêndices – Anexo I** e nos demais documentos que integram este Edital.

2.2. A licitação será **LOTE UNICO**, conforme consta no **Termo de Referência - Anexo I** deste Edital.

2.3. O custo estimado da contratação é o constante nos **DADOS DA LICITAÇÃO**.

2.4. As regras relativas às condições do **COMODATO**, encontram-se estabelecidas no **Termo de Referência – Anexo I**, deste Edital, especialmente em seu subitem 1.7.

2.5. NA HIPÓTESE DE HAVER DIFERENÇA NA DESCRIÇÃO DO OBJETO REGISTRADO NO SISTEMA E NAS ESPECIFICAÇÕES CONSTATES NO ANEXO I, DESTE EDITAL, DEVERÁ SER CONSIDERADA A DESCRIÇÃO CONTIDA NO ANEXO I DO EDITAL

3. DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. As regras referentes ao órgão gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

4. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1. Os recursos para atender as despesas decorrentes do objeto desta licitação, serão alocados pelos órgãos interessados. As despesas com a contratação que porventura ultrapassarem o exercício em curso estarão submetidas à dotação orçamentária aprovada pela Lei Orçamentária Anual – LOA, do exercício correspondente.

4.2. A presente da licitação será através do Sistema de Registro de Preços, não sendo necessário a indicação de recursos orçamentários, em virtude da sua natureza, exigível apenas antes da assinatura do contrato, nos termos do § 2º do art. 11 do Decreto Municipal nº 60.276/2026.

5. DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO AO EDITAL

5.1. Até **3 (três) dias úteis** antes da data designada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital ou apresentar pedido de esclarecimento.

5.2. A impugnação ou o pedido de esclarecimento deverá ser encaminhado exclusivamente por meio eletrônico, para o e-mail indicado no **DADOS DA LICITAÇÃO**. Deverá ser encaminhada uma via da impugnação na *extensão “pdf”* e uma via em *extensão “doc”*.

5.2.1. Caberá ao licitante confirmar junto ao Pregoeiro(a) o recebimento do e-mail que encaminhar seu pedido.

5.3. O pedido de impugnação deverá conter, de forma clara e explícita, as seguintes informações:

5.3.1. Número do certame impugnado;

5.3.2. Nome da Pessoa Jurídica ou Pessoa Física impugnante;

5.3.3. Razões da impugnação e solicitações de alteração;

5.3.4. Nome, CNPJ, endereço e contato da Pessoa Jurídica ou, no que couber, da Pessoa Física impugnante.

5.4. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de **até 3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5.5. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

5.6. Não será reconhecida a impugnação quando protocolada depois de vencido o prazo de interposição.

5.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem automaticamente os prazos previstos no certame.

5.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação ou pedido de esclarecimento é medida excepcional e deverá ser motivada pelo(a) Pregoeiro(a), nos autos do processo de licitação.

5.8. Decairá o direito de impugnar os termos deste Edital aquele que, aceitando-os sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que o viciaria, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

5.9. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo **Sistema** e vincularão os participantes e a Administração.

6. DO CREDENCIAMENTO

- 6.1.** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema **Compras.gov.br**, por meio do sítio eletrônico www.gov.br/compras/pt-br.
- 6.1.1.** O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 6.2.** O credenciamento junto ao provedor do **Sistema** implica a responsabilidade legal do Licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica.
- 6.3.** O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou à Prefeitura Municipal de São Luís, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 6.4.** A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso.
- 6.5.** *No caso de participação de empresas em consórcio, o credenciamento e a operação do sistema eletrônico devem ser realizados pela empresa líder do consórcio.*

7. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 7.1.** Poderão participar deste Pregão os interessados cujo **ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação**, e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
- 7.1.1.** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 7.2.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema do órgão gerenciador da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 7.3.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 7.4.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 7.5. Não poderão disputar esta licitação:**
- 7.5.1.** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 7.5.2.** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 7.5.3.** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 7.5.4.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 7.5.5.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o

terceiro grau;

7.5.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

7.5.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

7.5.8. Agente público do órgão licitante;

7.5.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

7.5.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.6. O impedimento de que trata o **subitem 7.5.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

7.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os **subitens 7.5.2 e 7.5.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão.

7.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

7.9. O disposto nos **subitens 7.5.2 e 7.5.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

7.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

7.11. A vedação de que trata o **subitem 7.5.8** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

7.12. Empresário que se encontre, na data de abertura deste Pregão, impossibilitado de licitar ou contratar com a Administração em decorrência de sanção que lhe foi imposta, inclusive nos impedimentos derivados do art. 72, § 8º, V, da Lei n. 9.605/1998 e do art. 12 da Lei n. 8.429/1992;

7.12.1. O impedimento de que trata esta Subcondição será também aplicado à licitante que atue em substituição a outro empresário, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

7.13. *Caso permitida a participação de consórcios, na forma do art. 15 da Lei nº 14.133/2021, as empresas associadas deverão apresentar, no ato da assinatura do contrato, a comprovação do compromisso público ou particular de constituição.*

7.13.1. Deverá ser indicada, na proposta de preços, a empresa responsável pelo consórcio que deverá atender às condições de liderança.

7.13.2. Todos os documentos de habilitação, de cada consorciado, deverão ser apresentados na forma do **item 20** deste Edital, sob pena de inabilitação.

7.13.2.1. Serão somados os quantitativos indicados nos atestados de capacidade técnica de cada consorciado para a comprovação da qualificação técnica.

7.13.2.2. Para efeito de qualificação econômico-financeira, será considerado o somatório dos valores de cada

consorciado, na proporção de sua respectiva participação.

7.14. *As empresas integrantes respondem solidariamente pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase licitatória quanto na fase contratual.*

7.15. *É vedada a participação de empresa em mais de um consórcio no presente certame.*

8. DA VISTORIA

8.1. As regras relativas às Condições para realização de vistoria aos locais de prestação dos serviços encontram-se previstas no **subitem 6.11 do Termo de Referência– Anexo I, deste Edital**, conforme detalhado a seguir:

8.1.1. Vistoria Prévia:

8.1.1.1. Para o correto dimensionamento e elaboração da proposta, a empresa poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços (opcional), acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 08:00h às 17:00h.

8.1.1.2. E-mail institucional para fins de prévio agendamento da visita, caso a empresa vislumbre a necessidade de fazê-la: csgsemus@gmail.com.

8.1.1.3. O prazo para vistoria será de apenas 3 (três) dias, contado da data da publicação do aviso da licitação.

8.1.1.4. No caso da realização de vistoria, a empresa deverá apresentar “Termo de Vistoria” assinado pelo seu Responsável Técnico;

8.1.1.5. Para a vistoria, a empresa ou seu representante legal deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

8.1.1.6. No caso da não realização de vistoria, a empresa deverá apresentar “declaração de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta Licitação/Pregão.

8.1.1.7. A não realização da vistoria, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a empresa contratada assumir os ônus dos serviços decorrentes.

8.1.1.8. A Administração poderá realizar visitas técnicas e inspeções às instalações da futura Contratada, durante a execução do Contrato, para fins de fiscalização, verificação do cumprimento das obrigações assumidas e avaliação das condições de processamento das roupas hospitalares, sem que tais diligências se confundam com vistoria prévia de participação no certame.

9. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, de acordo com o constante no **“DADOS DO CERTAME”**.

9.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do Sistema, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

9.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante **DECLARARÁ**, em campo próprio do **Sistema**, que:

9.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

9.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

9.3.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

9.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.5. A falsidade da declaração de que trata o **item 9.3**, sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

9.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

9.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

9.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

9.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

9.9.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

9.9.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

9.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

9.10.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

9.10.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

9.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do **subitem 9.10** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão promotor da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

9.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.12.1. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

10. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

10.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

10.1.1. Valor unitário e total unitário dos serviços especificados no Termo de Referência e em seus Apêndices, Anexo I deste Edital, expressos em moeda corrente nacional

10.1.2. Quantidade cotada, devendo respeitar o estabelecido no **Termo de Referência e em seus Apêndices – Anexo I**

deste Edital.

10.1.3. Descrição detalhada dos serviços ofertados, em conformidade com as especificações constantes do **Termo de Referência e respectivos Apêndices, Anexo I** deste Edital, contendo, de forma clara e objetiva, a descrição dos serviços, suas características técnicas, local de execução, valor unitário por quilograma (kg), e valor total, indicando, **quando aplicável**, os materiais, os equipamentos, tecnologia e demais recursos a serem utilizados na prestação dos serviços, bem como outras informações técnicas pertinentes, acompanhados de documentos que permitam aferir as especificações do Edital;

10.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

10.3. Nos valores propostos deverão estar incluídas todas e quaisquer despesas necessárias ao fiel cumprimento do objeto desta licitação, compreendendo, entre outras, os custos com mão de obra, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas; fornecimento, reposição e gestão do enxoval em regime de comodato; coleta, transporte, processamento, lavagem, desinfecção, secagem, distribuição e rastreamento das peças; materiais, produtos saneantes, insumos, utensílios, equipamentos, tecnologias e sistemas utilizados na execução dos serviços; despesas administrativas e operacionais; tributos, taxas, seguros, depreciação e quaisquer outros custos diretos ou indiretos necessários à perfeita execução do objeto pela CONTRATADA.

10.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

10.5. Os quantitativos previstos no orçamento estimado pela Administração não poderão ser alterados pelo proponente, salvo disposição contrária no **“DADOS DA LICITAÇÃO”** deste edital.

10.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o **Termo de Referência e seus Apêndices, Anexo I** deste Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

10.6.1. O prazo de validade da proposta não será **inferior a 90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

10.6.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos pela Administração.

10.6.3. Caso critério de julgamento seja de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previsto no Termo de Referência.

10.7. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar, aos contratados, a responsabilização pelos órgãos competentes e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências:

10.7.1. Assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou

10.7.2. Condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

11. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

11.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de **Sistema**, na data e horário discriminados nos **DADOS DA LICITAÇÃO**.

11.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no **Sistema**, até a abertura da sessão pública.

11.3. A comunicação entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do **Sistema**.

11.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no **Sistema** durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo **Sistema** ou de sua desconexão.

12. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

12.1. O(A) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas neste Instrumento.

12.2. Também será desclassificada a proposta que **identifique o licitante no Sistema**.

12.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no **Sistema**, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

12.4. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

12.5. O **Sistema** ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

12.6. O **Sistema** disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

13. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

13.1. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes classificados deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de **Sistema**, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

13.2. O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de julgamento indicado nos **DADOS DA LICITAÇÃO**.

13.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

13.4. O licitante somente poderá oferecer lance de **valor inferior ou percentual de desconto superior** ao último por ele ofertado e registrado pelo **Sistema**.

13.5. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser o detalhado no **“DADOS DA LICITAÇÃO”**.

13.6. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

13.7. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

13.8. Caso o licitante não apresente lances, correrá com o valor de sua proposta.

14. DO MODO DE DISPUTA

14.1. O modo de disputa será **“ABERTO E FECHADO”**, conforme definido no Anexo I - Termo de Referência, e discriminado nos **“DADOS DA LICITAÇÃO”**.

14.2. No modo de disputa **“ABERTO E FECHADO”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

14.2.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

14.2.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

14.2.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

14.2.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

14.2.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

14.3. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

15. DA DESCONEXÃO E REMARCAÇÃO DA SESSÃO

15.1. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

15.2. Quando a desconexão do **Sistema** persistir para o(a) pregoeiro(a) por tempo superior a 10 (dez) minutos ou na hipótese de remarcação da sessão pública, está somente poderá ser realizada após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

16. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

16.1. O critério de julgamento empregado na seleção da proposta mais vantajosa para a administração ser o indicado nos **DADOS DA LICITAÇÃO**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

17. DO CRITÉRIO DE DESEMPATE

17.1. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

17.1.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

17.1.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

17.1.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

17.1.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

17.1.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

17.1.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

17.1.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade Municipal, no território do Estado em que este se localize;

17.1.2.2. Empresas brasileiras;

17.1.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

17.1.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

18. DA NEGOCIAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

18.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

18.1.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

18.1.2. A negociação será realizada por meio do **Sistema**, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

18.1.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

18.1.4. O(A) Pregoeiro(a) solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

18.1.5. É facultado ao Pregoeiro (a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

18.1.6. Será desclassificado o licitante que não enviar a proposta de preços adequada no prazo estabelecido nos **DADOS DA LICITAÇÃO**.

18.2. Após a negociação do preço, o (a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

19. DAS PROPOSTAS DE PREÇOS, CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ACEITABILIDADE

19.1. Encerrada a etapa de negociação, o(a) Pregoeiro(a) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, quanto a compatibilidade do preço e às especificações constantes no **Termo de Referência e seus Apêndices – Anexo I** deste Edital, sendo desclassificado o que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado ou que apresentar propostas com valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, passando-se à convocação das licitante subsequentes, na ordem de classificação.

19.1.1. Considera-se inexecutável o lance que apresente preço global ou unitário simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatível com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

19.1.2. O(A) Pregoeiro(a), antes de declarar a inexecutabilidade, deverá realizar diligências com essa finalidade, convocando previamente o licitante para manifestação, **no prazo máximo de até 2 (duas) horas**, a contar da convocação no **Sistema**.

19.1.3. Não incorrendo na inadequação ou incompatibilidade do **subitem 19.1**, o(a) Pregoeiro(a) providenciará a negociação com o licitante, buscando obter proposta mais vantajosa para a Administração.

19.2. O licitante detentor do menor lance deverá encaminhar no **prazo máximo de 2 (duas) horas**, pelo **Sistema**, sua proposta de preços, com o valor readequado ao valor do lance vencedor (e, se for o caso, com o valor negociado), bem como os demais dados constantes no Edital e seus Anexos para sua elaboração.

19.3. Os documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no Edital e já apresentados, relativos à proposta, serão encaminhados pelo licitante convocada no mesmo prazo do **subitem 19.2**, mediante convocação específica do(a) Pregoeiro(a).

19.4. A Proposta de Preços a ser encaminhada **deverá** estar ajustada ao lance vencedor/valor final ofertado de acordo com o modelo apresentado no **ANEXO II**, devendo conter:

19.4.1. Dados do licitante, tais como: número do pregão, razão social, endereço completo, telefone, número do CNPJ/MF, endereço eletrônico (e-mail) para contato, e dados bancários para fins de pagamento (nome e número do banco,

número e local da agência, número da conta corrente);

19.4.2. Nome completo do responsável ou representante legal pela assinatura do contrato, números do CPF, Carteira de Identidade e cargo na empresa/instituição;

19.4.2.1. Havendo alteração do representante legal, o licitante apresentará estas informações acompanhadas dos documentos necessários, no momento da assinatura do contrato.

19.4.3. Indicação do valor unitário e total dos serviços, em conformidade com o Termo de Referência e seus respectivos Apêndices, ANEXO I deste Edital, em algarismos, bem como do valor global da proposta, em algarismo e por extenso, em moeda corrente nacional (Real - R\$), já incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto, tais como mão de obra, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, fornecimento e reposição de enxoval em regime de comodato, materiais, produtos saneantes, insumos, utensílios, equipamentos, sistemas de rastreamento, coleta, transporte de qualquer natureza, lavagem, desinfecção, secagem, distribuição, pequenos reparos, seguros, tributos, taxas, despesas administrativas, depreciação, lucro e demais outros custos que, direto ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pelo prestador de serviços.

19.4.3.1. Para formular a Proposta de Preço, o licitante deverá observar com atenção o **Termo de Referência e Seus Apêndices**, parte integrante do presente Edital, principalmente nos itens que tratam da formação do preço.

19.4.3.2. Os preços propostos não poderão ser superiores aos valores estabelecidos no **Termo de Referência e em seus Apêndices – Anexo I** deste Edital, sob pena de desclassificação;

19.4.4. Características dos serviços ofertados, com especificações detalhadas, **no que couber**, mencionando marca, modelo, dimensões, composição e demais referências que permitam perfeita análise e aceitação, de acordo com as especificações constantes no **Anexo I – Termo de Referência e seus Apêndices**, deste Edital.

19.4.4.1. O (A) Pregoeiro(a) poderá solicitar ao licitante o envio de fotos ou catálogos, bem como a indicação de sítios na internet ou outros documentos onde possam ser verificadas as características dos materiais.

19.4.4.1.1. A não apresentação das informações solicitadas implicará no julgamento do estado em que se encontram as propostas, podendo resultar em sua desclassificação.

19.4.5. Prazo de execução dos serviços, de acordo com o estabelecido no **Termos de Referência– Anexo I**, deste Instrumento.

19.4.6. O prazo de validade da proposta de preços não poderá ser inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

19.4.6.1. A Administração poderá solicitar ao licitante a prorrogação do prazo de validade da proposta por igual período. Neste caso, tanto a solicitação quanto a aceitação serão formuladas por escrito, sendo facultado ao licitante recusar ou aceitar o pedido, entretanto, no caso de concordância, a proposta não poderá ser modificada.

19.4.6.2. Decorrido o prazo de validade da proposta de preços sem convocação para contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos, cabendo, no caso, negociação com a Administração para manter o preço proposto.

19.5. Serão **desclassificadas** as propostas de preços que:

19.5.1. Contiverem vícios insanáveis;

19.5.2. Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital e seus anexos;

19.5.3. Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

19.5.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

19.5.5. Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital e seus anexos, desde que insanável.

19.6. A verificação da conformidade das propostas de preços poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

19.7. Verificando-se discordância entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos. Se o licitante não aceitar a correção de tais erros, sua proposta será rejeitada, convocando-se a empresa subsequente classificada, se houver.

19.8. No julgamento da proposta, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem sua substância, fundamentando e registrando sua decisão no **Sistema**.

19.9. O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar ao licitante o envio de propostas de preços retificada, para correção de erros formais.

19.10. Caso não seja possível decidir de imediato sobre a aceitabilidade da proposta, o(a) Pregoeiro(a) poderá suspender o pregão e marcar nova data para seu julgamento.

19.11. O(A) Pregoeiro(a) poderá realizar diligências ou requisitar análise técnica, incluindo esclarecimentos e detalhamentos sobre as propostas de preços ao setor demandante.

19.12. A apresentação da proposta de preços obriga o licitante vencedor ao cumprimento dos termos do Edital e seus Anexos, sujeitando-se às sanções previstas neste instrumento e na legislação aplicada à espécie.

20. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

20.1. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante cuja a proposta de preços tenha sido aceita na fase de julgamento.

20.2. Após declarado o licitante vencedor, o(a) Pregoeiro(a), como condição prévia ao exame da documentação de habilitação, verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante verificação aos seguintes cadastros:

20.2.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;

20.2.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

20.2.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>); e

20.2.4. Lista de Licitantes Declaradas Inidôneas para participar de licitações, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:INIDONEOS>).

20.3. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas do **subitens 20.2.2, 20.2.3 e 20.2.4** acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

20.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa e também de seu sócio majoritário, por força da determinação de que trata o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

20.5. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o(a) Pregoeiro(a) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas, (IN nº 3/2018, art. 29, caput), devendo convocar previamente o licitante para manifestação.

20.5.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros, (IN nº 3/2018, art. 29, §1º);

20.5.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação, (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

20.5.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

20.6. Não incorrendo o licitante em sanções impeditivas, o(a) Pregoeiro(a) consultará o SICAF, em relação à sua habilitação jurídica e à regularidade fiscal, social e trabalhista, e, se for o caso, em relação à qualificação técnica e econômico-financeira.

20.7. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros

tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

20.7.1. A não observação do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7ª, parágrafo único).

20.8. A verificação pelo(a) Pregoeiro(a), em sítio eletrônico oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

20.9. Se os documentos e as informações no SICAF continuarem desatualizadas ou tais documentos não estejam previstos no SICAF, o(a) Pregoeiro(a) deverá convocar o licitante para apresentação dos documentos de habilitação atualizados no prazo constante nos “**DADOS DA LICITAÇÃO**” caso não seja possível ou não logre êxito em encontra a(s) certidão(ões) válida(s) na consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões.

20.10. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via **Sistema**, no **prazo** indicado no “*chat*”, sob pena de inabilitação, exceto para os documentos referentes à regularidade fiscal, social e/ou trabalhista das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, para quem o **prazo será de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período**, a critério da Administração Pública.

20.11. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitaes quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

20.12. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

20.13. Se o licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

20.13.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

20.14. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, desde que estejam no prazo de validade, assegurando aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

20.15. Ressalvado o disposto no **subitem acima**, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

20.16. Habilitação Jurídica:

20.16.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

20.16.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), na forma da Resolução CGSIM nº 48, de 2018 (art. 44), cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

20.16.3. No caso de sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU: Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

20.16.4. No caso de sociedades civis: inscrição do ato constitutivo, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

20.16.5. No caso de sociedades comerciais: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado;

20.16.6. No caso de sociedades por ações: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado acompanhada de documentação de eleição de seus administradores;

20.16.7. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou,

devidamente arquivado na Junta Comercial, nos termos ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o **art. 5º** da Lei nº 5.764/1971;

20.16.8. No caso de Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP: Certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;

20.16.9. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: Decreto de autorização, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

20.16.10. No caso Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133/2021).

20.17. OS DOCUMENTOS ACIMA DEVERÃO ESTAR ACOMPANHADOS DE TODAS AS ALTERAÇÕES OU DA CONSOLIDAÇÃO RESPECTIVA.

20.18. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

20.18.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ/MF ou, quando for o caso, **no Cadastro de Pessoas Físicas**, notadamente através do Cartão de Identificação da Pessoa Jurídica ou Pessoa Física, respectivamente;

20.18.2. Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais, à Dívida Ativa da União e Previdenciária, expedida pela Receita Federal do Brasil;

20.18.3. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – CRF/FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal;

20.18.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT para comprovar a inexistência de débitos inadimplido perante a Justiça do Trabalho do licitante, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho (<http://www.tst.jus.br/certidao>);

20.18.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal e/ou estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação;

20.18.6. Certidão Negativa ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, de Débitos inscritos na Dívida Ativa do Estado, emitida pela **Secretaria de Fazenda do Estado**, relativo ao domicílio ou sede da empresa;

20.18.7. Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, emitida pela **Secretaria de Fazenda do Estado**, relativo ao domicílio ou sede da empresa;

20.18.7.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

20.18.8. Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, expedida pelo Município do domicílio ou sede da empresa licitante, comprovando a regularidade para com a **Fazenda Municipal**;

20.18.9. Certidão Negativa ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, de Débitos inscritos na Dívida Ativa do Município, expedida pelo Município do domicílio ou sede da empresa licitante, comprovando a regularidade para com a **Fazenda Municipal**;

20.19. Quando a prova de regularidade de que trata os **itens 20.18.6 / 20.18.7 e 20.18.8 / 20.18.9**, for comprovada

mediante a apresentação de uma única certidão, e dela não constar expressamente essa informação, caberá o licitante demonstrar com documentação hábil essa condição.

20.20. O licitante detentor de menor preço qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

20.21. A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após os prazos de regularização fiscal, social e/ou trabalhista.

20.22. Qualificação Técnica:

20.22.1. Da Qualificação Técnico-Operacional, conforme disposto no **subitem 11.3 do Termo de Referência (Anexo I deste Edital)**, cujas exigências encontram-se reproduzidas a seguir:

20.22.1.1. Quanto à qualificação técnico-operacional, deverão ser exigidos os documentos abaixo relacionados, destinados a comprovar que a licitante exerce regularmente a atividade de processamento de roupas hospitalares para serviços de saúde, encontrando-se em conformidade com as normas sanitárias, ambientais e regulatórias aplicáveis:

20.22.1.2. Apresentar pelo menos 01 (um) atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante executou ou está executando serviços continuados de processamento de roupas hospitalares, com características semelhantes ao objeto da presente contratação, com quantitativo mínimo de 773.112,60 Kg, correspondente a 30% do quantitativo anual estimado de kg de roupas;

20.22.1.2.1. Para atendimento do quantitativo exigido acima, deverá ser admitido o somatório de atestados, desde que compatíveis com as características do objeto da licitação;

20.22.1.2.2. O atestado deverá ser impresso em papel timbrado do emitente, constando seu CNPJ e endereço completo, devendo ser assinado por seus sócios, diretores, administradores, procuradores, gerentes ou servidor responsável, com expressa indicação de seu nome completo e cargo/função;

20.22.1.2.3. O atestado deverá conter, dentre outras informações, o período da execução da atividade e quantitativo do objeto prestado;

20.22.1.2.4. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do prestador de serviço;

20.22.1.3. A licitante deverá disponibilizar, quando solicitadas, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados.

20.22.1.4. Prova de registro ou inscrição na empresa na entidade profissional competente, dentro do prazo de validade, devendo ser considerado o **Conselho Regional de Química** do local da sede ou domicílio da licitante. A exigência desse registro fundamenta-se na natureza técnica do objeto, que envolve o processamento de roupas hospitalares com utilização de agentes químicos, controle de dosagem de insumos, monitoramento de processos de desinfecção e tratamento de efluentes, atividades estas diretamente relacionadas ao campo de atuação da Química. Ressalta-se que tal exigência não possui caráter restritivo ou exclusivo, sendo admitida a comprovação de regularidade junto a outros conselhos profissionais, desde que demonstrada a pertinência técnica com as atividades desempenhadas no objeto contratual e a existência de responsável técnico legalmente habilitado para supervisionar os processos envolvidos, em observância aos princípios da competitividade e da ampla participação;

20.22.1.5. Licença Sanitária Estadual ou Municipal (Alvará Sanitário) da Lavanderia Hospitalar em operação pela licitante, compatível com o objeto licitado, emitida pelo órgão de Vigilância Sanitária competente, dentro do prazo de validade, independentemente da unidade da federação em que se encontre instalada;

20.22.1.5.1. A licitante deverá possuir lavanderia hospitalar própria ou estrutura compatível para processamento da roupa, dotada de condições totais para suprir a necessidade (desinfecção, higienização, reparos, acondicionamento, guarda e transporte de toda a roupa processada) de modo que garanta a qualidade dos serviços prestados;

20.22.1.5.2. O documento deverá explicitar o tipo de serviço atendido e a origem das roupas a serem processadas como “serviços de saúde”;

20.22.1.6. LICENÇA AMBIENTAL/ AUTORIZAÇÃO OPERACIONAL, emitida pelo órgão ambiental competente, válida e compatível com a atividade de processamento de roupas de serviços de saúde, referente à unidade atualmente operada pela licitante, localizada na Grande Ilha de São Luís (compreendida como a região metropolitana formada pelos Municípios de São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa – MA), ou, nos termos do item 9.5.1.1, excepcionalmente, referente a unidade situada fora dessa área, desde que a licitante comprove, de forma objetiva, capacidade logística suficiente para assegurar o cumprimento integral dos prazos, níveis de serviço e condições operacionais exigidas pela Administração.

20.22.1.6.1. O documento supramencionado deverá explicitar o tipo de serviço que atende e a origem das roupas a serem processadas como provenientes de “serviços de saúde”.

20.22.1.6.2. Em caso de Licença Ambiental vencida, a licitante deverá apresentar cópia atualizada e legível da solicitação de sua revalidação, acompanhada da cópia da regularidade vencida. A não apresentação da regularidade da Licença Ambiental e do pedido de revalidação (protocolo) implicará na inabilitação;

20.22.1.7. Certificado de Regularidade da Empresa junto ao IBAMA, comprovando que a licitante se encontra em situação regular quanto às obrigações ambientais aplicáveis à atividade exercida;

20.22.1.8. Certificado de licença de funcionamento (CLF), expedido pela Polícia Federal, comprovando que a licitante exerce atividade com utilização de produtos químicos sujeitos a controle e fiscalização, nos termos da Lei Federal nº 10.357/2001;

20.22.1.9. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE SANITÁRIA DA ESTRUTURA FÍSICA, firmada pelo representante legal da licitante e pelo responsável técnico, atestando que a unidade de processamento de roupas hospitalares possui barreira de descontaminação (barreira anti-infecção cruzada), com separação física absoluta entre a área de recepção/expurgo (roupa suja) e a área de higienização/acabamento (roupa limpa), em conformidade com a Portaria do Ministério da Saúde nº 2.616/GM, de 12 de maio de 1998, a RDC ANVISA nº 50/2002 e o Manual de Lavanderia Hospitalar do Ministério da Saúde, assegurando o fluxo unidirecional das roupas e impedindo o cruzamento entre roupas sujas e limpas;

20.22.2. Da Qualificação Técnico-Profissional, conforme disposto no **subitem 11.4 do Termo de Referência (Anexo I deste Edital)**, cujas exigências encontram-se reproduzidas a seguir:

20.22.2.1. Quanto à qualificação técnico-profissional, deverão ser exigidos os documentos abaixo relacionados:

20.22.2.1.1. Indicação de Responsável Técnico (RT), habilitado e regularizado junto ao seu respectivo conselho regional, com conhecimento técnico na área objeto deste termo, para supervisionar a execução dos serviços contratados;

20.22.2.1.2. Apresentar pelo menos 01 (um) Atestado(s) de Capacidade Técnica, expedido(s) por pessoa jurídica de

direito público ou privado, comprovando que o Responsável Técnico indicado executou ou está executando serviços continuados de processamento de roupas hospitalares, com características semelhantes ao objeto da presente contratação, compatíveis com a natureza, a complexidade e as exigências técnicas do serviço;

20.22.2.1.3. Prova de registro ou inscrição do Responsável Técnico indicado na entidade profissional competente, dentro do prazo de validade, devendo ser considerado o Conselho Regional de Química;

20.22.2.1.4. Os documentos poderão ser apresentados: (i) em original; (ii) em fotocópia; (iii) em fotocópia acompanhada do original, para conferência e autenticação por servidor da CPL; (iv) por publicação em órgão da imprensa oficial; ou (v) por meio de autenticação digital, na forma admitida pela legislação vigente;

20.22.2.1.5. O Responsável Técnico (RT) indicado deverá participar da gestão e supervisão do serviço objeto do Contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (art. 67, § 6º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

20.22.3. DECLARAÇÕES DE COMPROMISSO RELATIVAS À EXECUÇÃO CONTRATUAL, conforme disposto no **subitem 11.5 do Termo de Referência (Anexo I deste Edital)**, cujas exigências encontram-se reproduzidas a seguir

20.22.3.1. Quanto às DECLARAÇÕES DE COMPROMISSO RELATIVAS À EXECUÇÃO CONTRATUAL, deverão ser apresentadas as declarações abaixo relacionadas, destinadas a formalizar providências a serem adotadas pelo licitante caso venha a ser declarada vencedora do certame, com efeitos condicionados à fase de execução contratual, após a assinatura do Contrato Administrativo e previamente ao início dos serviços. Tais declarações deverão ser apresentadas no momento da habilitação, possuindo natureza exclusivamente declaratória (**não se confundindo com os documentos de comprovação imediata exigidos nesta fase**):

20.22.3.1.1. DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIZAÇÃO DE LAVANDERIA HOSPITALAR PRÓPRIA (ou estrutura compatível comprovada por qualquer meio idôneo), assinada pelo representante legal da licitante, na qual fique expressamente consignado que, caso seja declarada vencedora da licitação, a empresa se compromete a disponibilizar unidade própria de processamento de roupas hospitalares na Grande Ilha de São Luís, compreendida como a região metropolitana formada pelos Municípios de São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa– MA, dotada de infraestrutura física adequada, equipamentos compatíveis, capacidade operacional instalada e recursos humanos qualificados, suficiente para atendimento integral do objeto contratado, sem subcontratação do processamento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias consecutivos, contados da assinatura do Contrato Administrativo, admitindo-se, excepcionalmente, unidade localizada fora dessa área, desde que a licitante comprove capacidade logística suficiente para cumprimento integral dos prazos, níveis de serviço e condições operacionais exigidas pela Administração (A exigência de disponibilização de estrutura operacional na Grande Ilha de São Luís, compreendida pelos Municípios de São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa, decorre da necessidade de garantir a adequada prestação de serviço essencial, contínuo e diretamente relacionado à assistência à saúde, cujo funcionamento não admite descontinuidade ou atrasos. O processamento de roupas hospitalares envolve riscos sanitários relevantes, especialmente quanto à contaminação cruzada e à necessidade de manutenção de fluxo contínuo de enxoval limpo nas unidades de saúde, sendo imprescindível o cumprimento rigoroso de prazos de coleta, processamento e redistribuição. A proximidade geográfica da unidade operacional permite maior controle logístico, redução de tempo de ciclo, resposta célere a demandas emergenciais e mitigação de riscos operacionais e sanitários. Ademais, a exigência não se apresenta de forma absoluta, uma vez que se admite, excepcionalmente, a utilização de estrutura localizada fora da região metropolitana, desde que a licitante comprove, de forma objetiva, capacidade logística suficiente para cumprimento integral dos níveis de serviço, prazos contratuais e condições operacionais estabelecidas, preservando-se, assim, a competitividade do certame e a isonomia entre os licitantes).

20.22.3.1.2. DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIZAÇÃO DE ENXOVAL HOSPITALAR EM REGIME DE COMODATO, assinada pelo representante legal da licitante, na qual fique expressamente consignado que, caso seja declarada vencedora da licitação, a empresa se compromete a disponibilizar integralmente todo o enxoval hospitalar necessário à execução do objeto, em regime de comodato, em quantidade suficiente para atendimento integral da demanda das Unidades de Saúde do Município de São Luís – MA, observada a grade de peças, relação das unidades e quantitativos estimados constantes do ETP e seus anexos, sem subcontratação do fornecimento do enxoval, no prazo máximo de 30 (trinta) dias consecutivos, contados da assinatura do Contrato Administrativo;

20.22.3.1.3. DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE REGULARIDADE SANITÁRIA, assinada pelo representante legal da licitante, na qual fique expressamente consignado que, caso seja declarada vencedora da licitação, a empresa se compromete a obter e apresentar, antes do início da execução dos serviços, Licença ou Alvará de Funcionamento Sanitário válido, emitido pelo órgão de Vigilância Sanitária competente (municipal ou estadual), referente à unidade própria ou estrutura compatível de processamento de roupas hospitalares, compatível com o objeto contratual;

20.22.3.1.4. DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO COM AS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, PREVIDENCIÁRIAS E TRABALHISTAS, assinada pelo representante legal da licitante, na qual fique expressamente consignado que, caso seja declarada vencedora da licitação e após a assinatura do Contrato Administrativo, a empresa se compromete a cumprir integralmente, durante todo o prazo de vigência e sob as penas da lei, as obrigações sociais, previdenciárias e trabalhistas para pleno atendimento dos direitos assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta, em especial:

20.22.3.1.5. Não empregar menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

20.22.3.1.6. Cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade nos serviços e nos ambientes de trabalho;

20.22.3.1.7. Observar e manter o cumprimento da cota de contratação de jovens aprendizes, nos percentuais legalmente fixados (mínimo de 5% e máximo de 15% do quadro de funcionários), conforme estabelecido na Lei Federal nº 10.097/2000 (Lei da Aprendizagem) e suas regulamentações

20.23. Qualificação Econômico-Financeira:

20.23.1. Para fins de qualificação econômico-financeira, deverão ser apresentados:

20.23.1.1. Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica ou de execução patrimonial em caso de pessoas físicas, emitida **até 60 (sessenta) dias** antes da data da sessão pública ou que esteja dentro do prazo de validade constante da própria certidão.

20.23.1.1.1. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei Federal nº 11.101/2005, sob pena de inabilitação, devendo ainda comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

20.23.1.2. Caso seja admitida a participação de Pessoas Físicas ou Sociedade Simples, deverá ser apresentada **Certidão Negativa de Insolvência Civil**, expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, desde que admitida a sua participação na licitação;

20.23.1.3. Balanço Patrimonial, dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

20.23.1.3.1. O licitante deve, sempre que questionado, comprovar a legalidade da documentação enviada para este fim, que deverá conter, **no mínimo**:

a) A integralidade das contas que compõem o Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido e as constas de resultado, para os casos de apresentação de DRE, de forma que seja possível verificar os saldos apurados;

b) Comprovante de autenticação da escritura contábil junto ao registro público competente.

b.1) O comprovante de autenticação poderá ser substituído por Recibo de Entrega da Escrituração Contábil Digital – ECD, gerado pelo Sistema de Escrituração Digital – SPED, ou comprovante de publicação das demonstrações financeiras na forma determinada pelo art. 289 da Lei nº 6.404/1976.

20.23.1.4. O marco temporal para apresentação das demonstrações do último exercício social exigível será o último dia útil do mês de junho do ano seguinte ao ano-calendário a que se refere a escrituração, nos termos da IN RFB n. 2.142/2023.

20.23.1.5. Demonstração do Resultado do Exercício – DRE dos dois (dois) últimos exercícios sociais;

20.23.1.6. A critério da Administração, **poderá** ser exigida declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos exigidos neste Edital.

20.23.1.7. Os documentos exigidos na condição anterior deverão comprovar:

20.23.1.7.1. Índice de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1;

20.23.1.7.2. Capital Mínimo ou Patrimônio Líquido Mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, quando qualquer dos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, for igual ou inferior a 1;

20.23.1.8. Os documentos referidos no **subitem 20.23.1.3** limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

20.24. Das Disposições Gerais sobre Habilitação:

20.24.1. Os licitantes que apresentarem habilitação válida no **SICAF** poderão deixar de apresentar os documentos abrangidos pelos mesmos. No entanto, permanecerão obrigados a enviar os documentos não contemplados pelo SICAF.

20.24.2. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

20.24.2.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

20.24.2.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

20.24.2.3. O prazo em que se refere o **item 20.24.2.** será de **até 2 (duas) horas** a contar da convocação no **Sistema**.

20.24.3. Será inabilitado o licitante que não enviar os documentos requeridos em fase de diligência no prazo estabelecido nos **DADOS DA LICITAÇÃO**.

20.24.4. Na análise dos documentos de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falha que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação.

20.24.5. Em caso de problema com linha de transmissão de dados, que inviabilize o acesso ao **Sistema**, o(a) Pregoeiro(a) poderá autorizar o envio da documentação por meio do e-mail indicado nos **DADOS DA LICITAÇÃO**.

20.24.6. O prazo para encaminhamento dos documentos solicitados poderá ser prorrogado pelo prazo indicado nos **DADOS DA LICITAÇÃO**, sendo que tal pedido **deverá ser realizado dentro do prazo concedido**.

20.24.7. Caso não seja possível decidir de imediato sobre a aceitabilidade dos documentos de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá suspender o Pregão e marcar nova data para seu julgamento.

20.24.8. Nos itens não exclusivos, as microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo **Sistema**, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

20.24.9. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

20.24.9.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante remanescente.

20.24.10. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n.º 123, de 2006, estará dispensado:

20.24.10.1. Da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e,

20.24.10.2. Da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

20.24.11. O(A) Pregoeiro(a), constatando que o licitante atende a todas as condições de habilitação exigidas neste Edital,

proclamá-la-á HABILITADA. Aquela que deixar de apresentar a documentação exigida ou apresentar de forma irregular será proclamada INABILITADA.

20.24.12. As certidões que omitirem o **prazo** de validade serão entendidas como validas pelo período de **90 (noventa) dias corridos**, a contar de sua emissão.

20.24.13. O(A) Pregoeiro(a), antes de se manifestar com relação aos Documentos de Classificação e Habilitação das empresas participantes do Certame, poderá solicitar parecer técnico do Órgão Requisitante ou ainda, de Pessoas Físicas ou Jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

21. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

21.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 2021.

21.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

21.2.1. A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

21.2.2. A justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

21.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital.

21.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens/grupos constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns)/grupo(s), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

21.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e site oficial desta CPL.

21.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição e/ou serviços pretendidos, desde que devidamente justificada.

21.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes da licitação, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

21.8. Caso haja prorrogação da ata de registro de preços, os preços registrados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA para correção dos preços inicialmente assegurados, em cumprimento ao artigo 38, do Decreto Municipal nº 60.276/2026.

22. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

22.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação dos licitantes, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

22.2. O prazo recursal é de **3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

22.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

22.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

- 22.3.2.** O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;
- 22.3.3.** O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inhabilitação;
- 22.3.4.** A manifestação de recurso fora do sistema eletrônico serão desconsideradas.
- 22.3.5.** Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 22.4.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do **Sistema**.
- 22.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis ou encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 22.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 22.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 22.8.** As razões de recurso e contrarrazões enviadas fora do sistema eletrônico não serão recebidas.
- 22.9.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 22.10.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 22.11.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sistema eletrônico.

23. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 23.1.** A sessão pública poderá ser reaberta:
- 23.1.1.** Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- 23.1.2.** Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- 23.1.3.** Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
- 23.1.4.** A convocação se dará por meio do **Sistema**, através do “chat”, e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.
- 23.1.5.** A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

24. DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO, REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO

- 24.1.** Declarada a vencedora e esgotados os recursos administrativos, a Autoridade Superior, através do Sistema, fará a adjudicação e homologação do objeto desta licitação à vencedora.
- 24.2.** A Autoridade Competente poderá revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade, devendo proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável.

24.2.1. Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

25. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E PAGAMENTO

25.1. As regras sobre as Condições de Execução e Pagamento, quando couber, estarão previstas no Termo de Referência – **Anexo I** e na Minuta de Contrato – **Anexo V**, deste Edital.

26. DAS GARANTIAS EXIGIDAS E OFERTADAS

26.1. As regras relativas à Garantia da Execução da Contratação, estão estabelecidas no **subitem 6.10 do Termo de Referência – Anexo I**, deste Edital, cujo detalhamento segue abaixo e complementadas pelas disposições constantes da Minuta de Contrato – **Anexo V**, deste Edital.

26.1.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, com validade durante a execução do Contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual.

26.1.2. A licitante vencedora poderá escolher uma das seguintes modalidades: 6.10.2.1. Caução em dinheiro;

26.1.2.1. Caução em títulos da dívida pública, considerado apenas seu valor de mercado certificado por Bolsa de Valores;

26.1.2.2. Seguro-Garantia;

26.1.2.3. Fiança Bancária;

26.1.2.4. Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

26.1.3. A garantia deverá ser previamente apresentada, antes da assinatura do Contrato Administrativo, observado os seguintes prazos:

26.1.3.1. Quando a licitante vencedora optar pela modalidade de seguro-garantia: prazo mínimo de 1 (um) mês, contado a partir da data de homologação da licitação (art. 96, § 3º, Lei Federal nº 14.133);

26.1.3.2. Quando a licitante vencedora optar pelas demais modalidades: prazo de até 15 (quinze) dias consecutivos, contado a partir da data de homologação da licitação.

26.1.3.3. O prazo para apresentação de garantia poderá ser excepcionalmente prorrogado, desde que a licitante vencedora apresente as justificativas pertinentes, que deverão ser analisadas pela Administração.

26.1.3.4. Eventual pedido de prorrogação de prazo deverá ser formalizado por escrito e protocolado antes do término do prazo previsto.

26.1.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

26.1.4.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

26.1.4.2. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à Contratada; e,

26.1.4.3. Eventuais obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela Contratada, quando couber.

26.1.5. Caso a opção seja por recolher a caução em dinheiro, a garantia deverá ser efetuada em favor da Prefeitura Municipal de São Luís, em conta específica a ser informada pela SEMUS, com correção monetária.

26.1.5.1. A licitante vencedora deverá providenciar prévio agendamento na SEMUS para obter informações sobre trâmites para garantia em moeda corrente, por meio do e-mail csgsemus@gmail.com, ou agendado atendimento presencial no seguinte endereço: Rua Deputado Raimundo Viera da Silva, nº 2000- Parque do Bom Menino, CENTRO, de São Luís-MA.

26.1.6. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

26.1.7. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a licitante vencedora deverá apresentar a identificação da seguradora com a devida comprovação de registro mediante Certidão de Regularidade emitida pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e comprovante de emissão da respectiva apólice/certificado de seguro.

26.1.7.1. A apólice permanecerá em vigor mesmo que a Contratada não pague o prêmio nas datas convencionadas.

26.1.7.2. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do Contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

26.1.7.3. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

26.1.7.4. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 5.10.4, observada a legislação que rege a matéria.

26.1.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

26.1.9. No caso de garantia na modalidade de título de capitalização custeado por pagamento único, o título deverá ter sido comercializado por Sociedade de Capitalização devidamente autorizada a funcionar e somente será aceito se estiver devidamente registrado da SUPSEP.

26.1.9.1. O título de capitalização deverá ser apresentado à SEMUS juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

26.1.10. No caso de alteração do valor do Contrato e/ou prorrogação de sua vigência, a Contratada se obriga a providenciar o ajuste ou renovação da garantia no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

26.1.11. Na hipótese de suspensão do Contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, a Contratada ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

26.1.12. Na hipótese do valor da garantia ser utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada se obriga a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for Notificada.

26.1.13. A SEMUS executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

26.1.13.1. O emitente da garantia ofertada pela Contratada deverá ser notificado pela SEMUS quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

26.1.13.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

26.1.14. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do Contrato.

26.1.14.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

26.1.14.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

26.1.15. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

26.1.16. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela SEMUS com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.

27. DA AMOSTRA

27.1. As regras relativas a apresentação da Amostras, encontram-se estabelecidas no **subitem 6.4 do Termo de Referência – Anexo I**, deste Edital, cujo detalhamento segue abaixo:

27.1.1. A Contratada deverá apresentar, previamente ao início da execução contratual, amostra física de cada tipo de peça do enxoval hospitalar a ser fornecido, em conformidade com as especificações técnicas detalhadas no Anexo I deste ETP. A exigência de apresentação de amostras constará expressamente da Ordem de Serviço inicial, que fixará prazo compatível com a data prevista para o início da execução, de modo a permitir a análise técnica prévia pela equipe da SEMUS.

27.1.2. As amostras entregues serão submetidas à avaliação técnica pela equipe designada pela SEMUS, que disporá do prazo de até 5 (cinco) dias consecutivos, contados do recebimento, para proceder à análise quanto à conformidade com o Anexo I, considerando, entre outros aspectos, o modelo, as dimensões, a composição e gramatura dos tecidos, a qualidade das costuras e acabamentos, a resistência dos materiais, o tipo de estampas e bordados, bem como demais requisitos de desempenho e funcionalidade estabelecidos nos documentos de planejamento.

27.1.3. Ao término da avaliação, a equipe técnica da SEMUS emitirá manifestação formal quanto à aprovação ou rejeição de cada tipo de peça apresentada como amostra, devendo a decisão ser registrada em documento próprio e juntada ao processo de gestão contratual, servindo como referência para a fiscalização das futuras entregas.

27.1.4. Na hipótese de não aceitação de qualquer amostra, em razão de equívoco de especificação, inadequação de modelo, má qualidade do tecido, desconformidade de dimensões ou qualquer outro aspecto que contrarie as exigências contidas neste ETP, a SEMUS notificará a Contratada para que apresente nova amostra do item reprovado, em prazo a ser fixado na própria notificação, observada a necessidade de não comprometer o início ou a continuidade da execução contratual. A reapresentação de amostras e os ajustes necessários correrão exclusivamente por conta da contratada, sem ônus adicional para a Administração, e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis em caso de descumprimento reiterado das especificações.

27.1.5. Além das amostras físicas do enxoval, a Contratada deverá realizar, em data e local definidos pela SEMUS, demonstração prática do funcionamento do sistema de rastreamento individualizado das peças por tecnologia RFID (ou equivalente), utilizando-se de peças etiquetadas e do ambiente de software proposto, de modo a evidenciar a capacidade de identificação, leitura, registro, localização e rastreabilidade do enxoval ao longo das etapas de coleta, processamento, armazenamento, transporte e distribuição. A demonstração servirá de base para validação dos requisitos técnicos do sistema e para o ajuste dos procedimentos de fiscalização, podendo a SEMUS exigir eventuais adequações antes do início da operação regular.

28. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

28.1. As regras sobre as Condições de Recebimento do Objeto, quando couber, estarão previstas no Termo de Referência – **Anexo I** e na Minuta de Contrato – **Anexo V**, deste Edital.

29. DA SUBCONTRATAÇÃO

29.1. As regras relativas às condições para a Subcontratação do objeto contratual, quando couber, estarão previstas no **Termo de Referência – Anexo I**, deste Edital

30. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

30.1. Depois de assinada a Ata de Registro de Preços, o **fornecedor registrado** poderá ser convocado, a qualquer tempo durante a vigência da Ata, para assinatura do contrato ou aceitar instrumento equivalente, dentro do **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, nas condições estabelecidas neste Edital, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízos das sanções previstas.

30.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

30.1.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no **prazo de 5 (cinco) dias**, a contar da data de seu recebimento.

30.1.3. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

30.1.4. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

30.2. A Contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

30.3. Na assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

31. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

31.1. As sanções administrativas por atos praticados no decorrer da execução contratual estão previstas no Termo de Referência – **Anexo I** e na Minuta de Contrato – **Anexo V**, deste Edital.

32. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

32.1. As partes envolvidas, por si e por seus colaboradores, deverão observar as disposições da Lei 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, quando do tratamento dos dados pessoais ou dados pessoais sensíveis, em especial

quanto à finalidade, boa-fé e demais princípios insculpidos no art. 6º da LGPD.

33. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

33.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

33.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo(a) Pregoeiro(a).

33.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

33.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

33.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

33.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

33.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

33.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

33.9. EM CASO DE DIVERGÊNCIA ENTRE DISPOSIÇÕES DESTE EDITAL E DE SEUS ANEXOS OU DEMAIS PEÇAS QUE COMPÕEM O PROCESSO, PREVALECERÁ AS DESTE EDITAL.

33.10. O licitante deverá consignar para proposta ou lance, na forma expressa do **Sistema**, o valor com no máximo duas casas decimais após a vírgula ou percentual de desconto, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

33.11. É facultado o(a) Pregoeiro(a) ou à autoridade competente, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo.

33.12. Os licitantes ficam informados sobre os termos da Lei n.º 12.846, de 1.º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos lesivos contra a Administração Pública, em especial, ao constante no art. 5.º, inciso IV, correspondente aos procedimentos licitatórios, indicando que qualquer indício de conluio, ou de outra forma de fraude ao certame, implicará aos envolvidos as penalidades previstas no mencionado diploma legal.

33.13. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente instrumento, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Justiça Estadual do Termo Judiciário de São Luís – Comarca da Ilha de São Luís, excluído quaisquer outro, por mais privilegiado que seja.

33.14. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, no endereço <https://www.gov.br/compras/pt-br> e no site desta CPL - Central de Licitações (<https://www.saoluis.ma.gov.br/portal/editais/1>).

São Luís – MA, 15 de junho de 2026.

KATIA MILENA MACIEL DA SILVA

Assessor de Procedimentos Licitatórios - CPL/PMSL/MA
Portaria nº 03/2026/CPL/PRES/GAB



Documento assinado eletronicamente com login e senha por **Katia Milena Maciel Da Silva, Assessora**, em 15/06/2026, às 17:29, conforme Lei N° 14.063, de 23 de setembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.saoluis.ma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **4185894** e o código CRC **41ACE301**.

Processo nº: 15901.001415/2026

Documento nº: 90.039/2026v2 - CPL